



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação.

Comunicação Oral

**MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA
MULHERES: DISSEMINANDO DADOS QUANTITATIVOS NO
CENTRO ESTADUAL DE REFERÊNCIA DA MULHER FÁTIMA
LOPES¹**

***MEDIATION OF INFORMATION AND VIOLENCE AGAINST WOMEN:
SPREADING QUANTITATIVE DATA AT THE STATE WOMAN
REFERENCE CENTER FÁTIMA LOPES***

Gisele Rocha Cortes, UFPB
giselecortes@yahoo.com.br

Edvaldo Carvalho Alves, UFPB
edvaldocalves@gmail.com

Leyde Klebia Rodrigues da Silva, UFRJ – IBICT
leyklebia@gmail.com

Resumo: Apresenta os resultados alcançados no âmbito da pesquisa Violência contra Mulheres e Informação, que possui como objetivo principal explicitar a centralidade da articulação entre a mediação da informação e a violência doméstica contra as mulheres, por meio da criação de um banco de dados e a disseminação de dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (CERMFL) - órgão específico de atendimento às mulheres em situação de violência -, que se constitua em alicerce para ações e a construção de políticas públicas que objetivem o empoderamento e a ressignificação, por parte daquelas que sofreram e sofrem violência doméstica. De tipo descritiva e natureza quantitativa, utilizou-se de fontes documentais, mais especificamente, as fichas das mulheres atendidas na CERMFL em 2014. Para a análise dos dados, lançou-se mão da estatística descritiva. Assim, pode-se apreender, por meio dos dados quantitativos produzidos, que a violência doméstica é um fenômeno complexo e multifacetado e que, o seu combate, necessita de ações intersetoriais, que só

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

terão maior eficácia se forem realizadas tendo como base informações confiáveis produzidas e compartilhadas pelos diversos atores sociais envolvidos. Desta forma, os dados quantitativos gerados configuram-se como elementos fundamentais para potencializar as resistências das mulheres, via ressignificação e transformação das relações de poder instituídas, frente não apenas as diversas formas de violência, mas também, aos mais distintos tipos de desigualdades.

Palavras-chave: Mediação da Informação. Violência contra Mulheres. Disseminação da Informação.

Abstract: This paper presents the results achieved under a research named Violence Against Women and Information, which has the main objective of explaining the centrality of the relationship between mediation, information and domestic violence against women, through the creation of a database and disseminating statistical information on the Women's Reference State Center Fatima Lopes (CERMFL) - specific body to assist women in violent situations - which would constitute a foundation for actions and the construction of public policies for empowerment and reinterpretation on the part of those who suffered and suffer domestic violence. Descriptive and quantitative documentary sources were used, more specifically, the records of women seen in CERMFL in 2014. For the data analysis, descriptive statistics were employed. Thus, one can learn, from the quantitative data produced, that domestic violence is a complex and multifaceted phenomenon and that its combat needs intersectorial actions, which will only be more effective if carried out based on reliable information produced and shared by the various stakeholders involved. Thus, the quantitative data generated are configured as key elements to enhance the resistance of women, via the redefinition and transformation of power relations established, not just faced with the various forms of violence, but also in face of the most distinct types of inequalities.

Keywords: Mediation Information. Violence against Women. Dissemination of Information.

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica constitui um sério problema social e uma violação dos direitos humanos que atinge mulheres de todas as idades, classes sociais, raça/etnia, graus de escolaridade e religião. Vasta literatura tem evidenciado que os agressores, em sua grande maioria, são homens com quem as mulheres estabelecem ou estabeleceram relações de intimidade, atuais ou ex-maridos, namorados e “companheiros” (WAISELFISZ, 2013; BRASIL, 2014).

O fenômeno tem sido reconhecido por organismos internacionais e nacionais como problema de saúde pública, tendo em vista as repercussões à saúde mental, física e reprodutiva das mulheres, tais como perda de memória, distúrbios gastrointestinais, hipertensão arterial, lesões, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não desejada, sentimento de culpa, depressão e suicídios (D'OLIVEIRA; SCHAIBER, 2013).

Nas últimas décadas, as transformações econômicas, políticas e sociais a produção de pesquisas a respeito do tema, a mobilização dos movimentos feministas e de mulheres, têm colocado a violência doméstica na cena pública no país, repercutindo na implantação de organismos de políticas para as mulheres, criação de legislação específica, a exemplo da Lei nº

11.340 - Lei Maria da Penha - e de serviços específicos para o atendimento às mulheres em situação de violência. Entretanto, a despeito das conquistas, muitos desafios persistem para a erradicação da violência. Conforme Bandeira e Almeida (2012), práticas e pensamentos sociais, em distintos espaços, ainda se mostram contrários à aceitação e efetivação de novas relações sociais entre homens e mulheres. Em pleno século XXI mulheres são assassinadas por serem mulheres e ainda são disseminados e legitimados argumentos para justificar violências e assassinatos, chegando-se ao extremo de culpabilização das mulheres pelas violências sofridas.

Para a compreensão e o enfrentamento do fenômeno há que se atentar para a socialização de mulheres e homens e às relações construídas socialmente que estabelecem diferenças e desigualdades, com prejuízos as mulheres. Assumir esta perspectiva implica problematizar discursos ancorados nas distinções biológicas para explicar e legitimar diferenças entre mulheres e homens.

Neste sentido, a ressignificação e a transformação das relações de poder entre mulheres e homens passam por múltiplos espaços e instâncias sociais e simbólicas. Considerando que a informação permeia e constitui a maioria das nossas práticas e é “[...] capaz de criar ou informar novos contextos de significado [...]” (NASCIMENTO, MARTELETO, 2004, p. 8) sobre os fenômenos, figura como elemento fundamental para a desconstrução das desigualdades de gênero e para o enfrentamento a violência contra as mulheres.

Um dos grandes desafios, nas ações de prevenção e combate a violência contra as mulheres, é a falta de consistência e insuficiência de dados quantitativos oficiais, dificultando o real dimensionamento do fenômeno, a tomada de decisões e a implantação de políticas públicas consoantes com as necessidades informacionais das mulheres que sofrem violência. (OLIVEIRA, 2004).

Apesar de todas as recomendações e avanços verificados na coleta e divulgação de dados nacionais sobre violência contra as mulheres, o regime de acesso à informação estabelecido na Lei Geral de Acesso à Informação ainda não foi criado. A dificuldade em obter dados estatísticos desagregados por sexo, raça e cor, que sejam confiáveis e abrangentes, permanece como um grande desafio para as organizações não governamentais, e também para os organismos governamentais de políticas para mulheres (PASINATO, 2014).

Desta forma, este trabalho almeja articular a mediação da informação com os estudos de gênero, especialmente no que tange a violência contra as mulheres. Busca aprimorar a produção e a disseminação de conhecimentos relevantes para que pesquisadores/as e formuladores/as de políticas públicas de posse de informações atuem na perspectiva de contribuir na transformação das condições de vida das mulheres em situação de violência.

Outro fato relevante para a realização deste trabalho é considerar que a atuação do/a profissional da informação enquanto mediador/a na produção de conhecimentos a respeito da violência contra as mulheres, não se reduz a uma questão técnica, configura-se como prática social imprescindível para a democratização das relações de gênero e a efetivação dos direitos humanos das mulheres.

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica do estudo foi pautada no caráter interativo das pesquisadoras com a comunidade pesquisada, no processo de organização e comunicação da informação. Utilizou-se a pesquisa exploratória na fase inicial da pesquisa como estratégia de aproximação no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (CERMFL), equipamento público específico para o acolhimento, atendimento psicológico, social, orientação jurídica para as mulheres em situação de violência. O órgão foi implantado em dezembro de 2012, na cidade de Campina Grande ligado à Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH). Funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, e atende às mulheres da região da Borborema.

Foram realizadas reuniões com professores/as, alunas e a equipe do CERMFL, com objetivo de conhecer a dinâmica do órgão, interagir com a equipe multiprofissional, identificar as necessidades informacionais e o fluxograma de atendimento. Posteriormente, por meio da pesquisa documental, a coleta foi centrada nas fichas de atendimento das mulheres, com o propósito de conhecer a organização dos dados.

Importante ressaltar que a equipe do CERMFL entendia a necessidade de organização das fichas de atendimento e a produção de dados quantitativos como recurso estratégico para incrementar seu trabalho. A equipe técnica já sistematizava as informações, entretanto, no cotidiano, a demanda de trabalho e o grande volume de informação dificultaram a organização no sentido de criação de um banco de dados, a produção de dados quantitativos e a implantação de um sistema de informação. As atividades desenvolvidas no processo de pesquisa foram dinamizadas por meio do compartilhamento de saberes entre as profissionais do CERMFL e a equipe da pesquisa. Conforme Marteletto (2009, p.18):

[...] As novas formas de combinar conhecimento teórico e prático, a importância distinta e essencial de cada um deles para uma compreensão mais apropriada de como alcançar os objetivos de mudança e melhoria das condições de vida, é o que denominamos “construção compartilhada do conhecimento”.

A coleta de dados foi realizada em 2014, em duas etapas, por meio das fichas das mulheres atendidas no CERMFL em 2013 e 2014. Organizaram-se os dados, criaram-se categorias classificatórias e os registros foram transferidos e sistematizados no *software* Excel. Utilizou-se a abordagem quantitativa para descrever os indicadores e as tendências observáveis no perfil das mulheres atendidas (MINAYO; SANCHES, 1993). A análise dos dados foi dinamizada através da estatística descritiva.

Para fins desta pesquisa, serão apresentados gráficos com os dados quantitativos do ano de 2014, com foco na faixa etária, renda individual, caracterização étnico-racial, situação conjugal, escolaridade, os canais de informação pelos quais as mulheres tomaram conhecimento da existência do órgão, a relação das mulheres com o/a autor/a da violência e o local de ocorrência da mesma.

3 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES

O Brasil é signatário da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção Belém do Pará - marco internacional na prevenção, no combate e na proibição da violência contra as mulheres. No entanto, os números ilustram a perversa realidade vivenciada pelas mulheres. No período de 1980 a 2010, foram assassinadas por volta de 91 mil mulheres, sendo 43,5 mil só na última década. O estado da Paraíba se encontra em 7º lugar, e João Pessoa, em 2º, no ranking de taxas de homicídio feminino (WAISELFISZ, 2013).

Ainda assim, estima-se que os índices estejam subnotificados em relação à realidade, tendo em vista à dificuldade na obtenção de informações oficiais a respeito da violência e, ao fato de que muitas mulheres enfrentam barreiras subjetivas e objetivas para publicizar a violência, formalizar a denúncia e acessar as estruturas de apoio.

A situação é agravada ao considerar que, grande parte das violências são cometidas por homens, em sua maioria com quem as mulheres possuem vínculos afetivos, cônjuge e/ou namorado (ou os respectivos ex “companheiros”). É no espaço doméstico onde acontece grande parte das violências físicas, sexuais, patrimoniais, psicológicas e morais sofridas pelas mulheres.

Segundo conceituação de Saffioti (2001, p. 131) violência doméstica é o tipo de violência que acomete “[...] vítimas não – parentes consanguíneos ou afins, vivendo parcial ou integralmente no domicílio [...], no qual o agressor é o *pater familias*. Justamente por ocorrer no âmbito doméstico, esta modalidade de crime por muito tempo foi concebida como problema privado, de ordem pessoal, simbolizada no dito popular ainda hoje pronunciado “Em briga de

marido e mulher ninguém mete a colher.” A problematização da violência como questão política e social, assentada em relações assimétricas de poder entre mulheres e homens, foi protagonizada pelo movimento feminista, na década de 70, no cenário de redemocratização da sociedade brasileira.

A partir de mobilizações de rua e de campanhas, os movimentos feministas denunciaram os crimes cometidos contra as mulheres objetivando a punição dos agressores, o reconhecimento do fenômeno como violação dos direitos humanos e a implantação de políticas públicas dirigidas às mulheres em situação de violência. Neste processo, salientamos o movimento de mulheres negras como sujeito político ativo no que tange a afirmação do racismo como marcador social de desigualdades e na luta pela inclusão de políticas públicas específicas para as mulheres negras. (CARNEIRO, 2003).

Os estudos balizados pelo feminismo lançaram críticas ao modelo cartesiano de ciência, marcado por pressupostos androcêntricos e funcionalistas na produção do conhecimento (FARGANIS, 1997). É neste cenário de deslocamento dos paradigmas que surge o conceito relações de gênero, categoria analítica e metodológica do pensamento científico, como classe social e raça (BRUSCHINI, 1992, p. 292).

O texto de Joan Scott (1990) “Gênero como categoria útil de análise” é um dos expoentes do conceito gênero no Brasil. Seguindo a conceituação metodológica, analítica e histórica da autora “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é um modo primordial de dar significado às relações de poder [...]” (SCOTT, 1990, p. 14).

Essa dinâmica se efetiva a partir da interpretação que a organização social humana realiza sobre as diferenças percebidas entre os sexos e na organização, construção e distribuição de relações de poder embutidas nessa lógica. Em torno das distinções anatômicas dos órgãos sexuais, as representações do senso comum, os conteúdos científicos e a linguagem constroem uma série de atributos, que convertem as diferenças em desigualdades. Os estereótipos de gênero são expressos nas barreiras enfrentadas pelas pesquisadoras para acessar postos e áreas de conhecimento mais valorizadas, na reduzida participação das mulheres em áreas da ciência e tecnologia, associadas aos homens, na transmissão de informação generificada nos meios de comunicação e na pornografia de revanche no mundo virtual (CARVALHO, 2014; ABATH, IRELAND, 2002; OLINTO, 2011).

Ao discutir o conceito gênero, Louro (2004) também estabelece importante argumentação ao apontar a ideia de relação, afirma que os sujeitos se produzem em relação e na relação. Nesta vertente, não se trata de analisar unicamente as mulheres como objeto de estudo,

mas sim compreender as dinâmicas de formação das feminilidades e de masculinidades e a diversidade histórica e social de sujeitos femininos e masculinos.

Em sintonia com estas reflexões, Judith Butler (2010, p. 25) enuncia que a construção de gênero não deve ser compreendida unicamente como “inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”, deve abordar os mecanismos de produção pelos quais os próprios sexos são estabelecidos. A autora contesta concepções ancoradas na crença de uma categoria estável e universal das mulheres, acenando que o gênero não se configurou de forma linear e coerente nos distintos contextos históricos, tendo em vista as intersecções estabelecidas com marcadores raciais, classistas, étnicos, sexuais de identidades discursivamente constituídas.

Esta linha de pensamento inclui abordagens informacionais que contemplem as experiências das mulheres, a diversidade das condições de vida no meio social e os mecanismos de resistência às discriminações. Neste cenário, é mister, que se criem meios de re-significação dos discursos, das interpretações hegemônicas vigentes com o objetivo de transformar as relações de gênero e enfrentar o sexismo, o racismo, a homofobia e a lesbofobia.

Como afirma Béguin-Verbrugge (2009) as formações discursivas configuram-se como processo de poder simbólico, político e econômico. No âmbito desta discussão pode-se afirmar o acesso à informação como imprescindível para promover a equidade de gênero e condição *sine qua non* para o empoderamento individual e coletivo das mulheres.

4 AS INTERFACES INFORMAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO: A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A informação constitui insumo imprescindível para o desenvolvimento de pesquisas, o fortalecimento do planejamento da política pública, do monitoramento e do aprimoramento de ações que visam alterar a situação de desigualdade que afeta a vida de milhares de mulheres cotidianamente e promover a equidade de gênero.

Compreender as relações de gênero e analisá-las no contexto da Ciência da Informação implica descortinar as múltiplas realizações das mulheres na esfera educacional, cultural, política, econômica, social, e visibilizar as experiências ocultas na história. Além disso, ao considerar que a construção de gênero acontece no âmbito de processos sociais, remete-se o olhar para o fato de que as práticas e as unidades informacionais em seu âmago são generificadas, “ou seja, produzem-se, ou ‘engendram-se’, também a partir das relações de gênero” (LOURO, 2004, p. 25). Abordada dessa maneira, a informação não é neutra, é um dispositivo de poder com potencial para elaborar sentidos acerca dos direitos das mulheres, visando a subversão de interpretações ideológicas que sustentam o sexismo, a lesbofobia e as

diferentes formas de discriminação.

Acerca da produção sobre gênero na literatura científica da Ciência da Informação, no Brasil, Bufren e Nascimento (2012) realizaram levantamento na BRAPCI, como fonte de informação. Os dados são significativos, visto que localizaram somente 74 artigos sobre a temática no período de 1972 a 2011. Contudo, as autoras constataam a majoritária presença da mulher como produtora de informação e o aumento no número de artigos publicados a respeito do tema nos últimos anos.

No artigo “O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas”, à luz das discussões teóricas da Ciência da Informação em articulação com os Estudos de Gênero, Crippa (2011) sugere um modelo teórico de mediação da informação com foco na diferença sexual, com vistas a trazer à cena a atuação e o protagonismo feminino no processo de produção e disseminação de saberes. A autora problematiza, no âmbito do debate político sobre as bibliotecas, a presença de linguagens, práticas e discursos que se apresentam como neutros, tomando as experiências do conhecimento masculino como norma. Propõe reflexões acerca da presença majoritária das mulheres na Biblioteconomia, a fim de que esses saberes e fazeres historicamente acumulados não fiquem silenciados no âmbito da profissão. Ao discorrer sobre as ações de apropriação e mediação da informação, pontua:

A necessidade de dar vida a práticas de circulação e apropriação da informação correspondentes, que se enraíze tanto na subjetividade feminina envolvida na transmissão dos saberes quanto nas necessidades informacionais e de construção de conhecimentos das ‘usuárias’, se coloca na base das reflexões sobre as possibilidades de uma mediação de gênero, como projeto para eliminar a insignificância do ser sexuado em sua relação com a informação e a produção do conhecimento, dando voz e sentido à presença das muitas mulheres, profissionais e usuárias, que atuam na esfera da transmissão e apropriação da informação (CRIPPA, 2011, *online*).

Tais proposições podem ser corroboradas nas investigações empreendidas por Nascimento (2003), Wolf et al (2010), Denda e Vital (2013), as quais explicitam os impactos sociais, culturais e subjetivos da informação na vida das mulheres. Nas pesquisas em pauta, a apropriação da informação foi preponderante para dirimir desigualdades e promover a autonomia e o exercício da cidadania feminina.

Ao buscar informações acerca dos canais formais e informais acessados por mulheres que sofreram violência dos parceiros, nos Estados Unidos, um dos pontos de destaque na investigação de Harris et al. (2001, p. 11) incidiu no fato de que, as entrevistadas apontaram a leitura como um importante instrumento para lidar com as agressões sofridas e no encorajamento para romper o ciclo de violência. As autoras apresentam a fala de uma das

interlocutoras da pesquisa: “Um dos trabalhadores [em abrigo de mulheres] me deu uma cópia do livro Coragem [...] Depois que eu li, eu decidi deixar a relação de forma permanente. Eu estava habilitada pela leitura deste livro e percebi que eu não queria o ciclo de violência [...] (HARRIS et al 2001, p. 11)

A partir destas reflexões reitera-se que a informação e as novas tecnologias informacionais podem redesenhar as relações de poder a respeito da construção social das desigualdades de gênero e fortalecer as estratégias de enfrentamento a violência doméstica. Neste contexto, a mediação do/a profissional da informação, em órgãos de atendimento às mulheres, faz-se necessária no sentido de aperfeiçoar condições e ambientes de organização, recuperação, acesso e uso da informação.

4.1 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CENTRO ESTADUAL DE REFERÊNCIA DA MULHER FÁTIMA LOPES - CERMFL

Os centros de referência de atendimento à mulher, cerne deste trabalho, constituem equipamentos essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres. Por meio de atendimento interdisciplinar visam apoiar e proteger mulheres em situação de violência, colaborar para a punição de agressores e para a ruptura da violência e a construção da cidadania. Dentre as atribuições dos centros, destacam-se o acolhimento, atendimento psicossocial, aconselhamento e acompanhamento jurídico, atividades de prevenção, articulação da rede de atendimento local e levantamento de dados locais sobre a situação da violência (BRASIL, 2006).

Em âmbito nacional existem 228 centros de referência. O estado da Paraíba possui seis equipamentos em funcionamento, nas cidades de Campina Grande, Cajazeiras, João Pessoa, Patos e Santa Luzia. A presente pesquisa foi desenvolvida no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. A mulher que procura o serviço é acolhida pelas profissionais que, depois de escutá-la, encaminham-na para o atendimento necessário no próprio CERMFL ou para serviços da rede de enfrentamento à violência. Paralelamente, a equipe técnica realiza ações de intervenção na comunidade e fortalecimento da rede de atendimento nos municípios, por meio de campanhas sobre direitos e prevenção da violência doméstica e divulgação da Lei Maria da Penha e do próprio serviço.

Nesse sentido, o CERMFL configura-se como unidade informacional privilegiada de produção e disseminação de conteúdos os quais delineiam caminhos para o empoderamento das mulheres e o rompimento com a situação de violência. Como assevera Nascimento (2003, p. 138) “informação proporciona o poder do conhecimento de seus direitos [...]. A informação age

diretamente no comportamento e nas chances que as mulheres teriam em derrubar preconceitos, arrumar empregos melhores, o que minimizaria as diferenças sociais”.

Ao pautar as relações de gênero enquanto construção histórico-cultural da socialização de mulheres e homens, os centros de referência, de forma geral, se configuram como “dispositivos de poder” produtores de significações desestabilizadoras dos “regimes de verdade” que inscrevem a violência contra as mulheres fora do campo social (FOUCAULT, 1975).

Os órgãos enfrentam, porém, o desafio de organizar, produzir, obter e compartilhar dados quantitativos sobre a dinâmica da violência e o perfil das mulheres atendidas. As pesquisas revelam que este não é um problema isolado dos centros, a sistematização de dados quantitativos configura-se, em geral, como problema para as organizações de atendimento às mulheres, como Delegacias de Atendimento, Casas Abrigo, Defensoria Pública e Varas Especializadas.

No Brasil, a Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006, representa um avanço significativo no enfrentamento à violência contra às mulheres e faz recomendações neste sentido. Em seu artigo 8º, § 2, preconiza a importância das informações estatísticas para a coibição da violência doméstica e familiar contra as mulheres, pautando a promoção de pesquisas e estudos, estatísticas, com a perspectiva de gênero, de raça e etnia.

As conquistas obtidas com os avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que fazem com que as informações cheguem em menor tempo a um maior número de pessoas, não se refletem na produção, na organização e na disseminação de dados quantitativos a respeito da violência contra mulheres no Brasil. Há produção de grande quantidade de dados, nos serviços de atendimento, a exemplo, do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, destarte, em geral, não possuem tratamento sistemático dos mesmos.

Tendo como subsídio as enunciações de Santos e Vidotti (2009, p. 57) de que “[...] Um dos principais desafios da Ciência da Informação é transformar a massa de dados operacionais disponíveis diariamente em informações consistentes que permitam a tomada de decisões e agreguem valor às organizações” (SANTOS; VIDOTTI, 2009, p. 57), considera-se a mediação do/a profissional da informação imprescindível para que as informações construídas no Centro Estadual de Referência da Mulher possam gerar novos conhecimentos a fim de subsidiar o planejamento de políticas públicas, qualificar o atendimento integral e humanizado às mulheres e a realização de pesquisas para a compreensão da violência.

O termo mediação vem sendo utilizado, com maior frequência, na literatura dos diversos campos do conhecimento. No campo da Ciência da Informação, adota-se o conceito proposto

por Almeida Junior:

Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta, consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaz, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 46).

Ao discorrer sobre apropriação e mediação da informação, o autor subverte a concepção do/a usuário/a [gestor/a] como mero receptor/a na dinâmica comunicacional, postulando que a informação “não existe antecipadamente, mas apenas na relação da pessoa com o conteúdo presente nos suportes informacionais”. No processo de apropriação da informação o/a usuário/a, gestor/a configura-se como receptor/a e co-produtor/a por meio da relação dialética que se estabelece entre os seus conhecimentos prévios – capital cultural, político, econômico e os conteúdos informativos apresentados. Nesta dinâmica, compreende-se a informação na perspectiva da modificação, da ressignificação, da transformação do conhecimento do indivíduo. “[...] A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas” (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 97).

O processo de modificação das estruturas cognitivas dos agentes sociais produzido pela produção de sentidos e interpretações dinamizadas com o acesso à informação recebida gera o conhecimento.

Considero, assim, estabelecida uma relação entre informação e conhecimento, que só se realiza se a informação for percebida e aceita como tal, colocando o indivíduo em um estágio melhor de desenvolvimento, consciente consigo mesmo e dentro do mundo onde se realiza a sua odisséia individual. (BARRETO, 2002, p. 122).

Nesta perspectiva, o acesso a novos conhecimentos assume potencial para que os indivíduos ampliem suas cosmovisões, desestabilizem “verdades” e interpretações rígidas a respeito dos fenômenos, ocasionando o questionamento e a avaliação das ações do seu próprio contexto. A partir dessas reflexões no campo teórico, desenvolveu-se a pesquisa em pauta, concebendo que a equipe profissional do CERMFL, a partir da apropriação de conteúdos informativos, em especial da ancoragem estatística, terá como referência conhecimentos aprofundados sobre a dinâmica da violência e, conseqüentemente, subsídios consolidados para as ações de intervenção social.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados quantitativos apresentados neste estudo constituem o primeiro mapeamento do perfil das mulheres atendidas no CERMFL, desde a sua criação em 2012. Em 2013 e 2014, 93 e 70 mulheres, respectivamente, procuraram o centro, totalizando 163. No período, foram realizados mais de dois mil atendimentos, tendo em vista que a maioria das mulheres é atendida por um longo período no órgão. Em geral, as mulheres acessam o centro por demanda espontânea ou pelo encaminhamento dos serviços da rede de enfrentamento à violência, como delegacia de atendimento à mulher, assistência social, saúde, dentre outros. Realizaram-se mais de 2000 atendimentos nas atividades de divulgação do CERMFL e da Lei Maria da Penha promovidas na região da Borborema, envolvendo serviços municipais de atendimento às mulheres em situação de violência, escolas, faculdades, sindicatos rurais e associações comunitárias.

Reitera-se que a equipe do CERMFL concebia a importância dos dados para incrementar o trabalho, mas a gestão informacional era delineada a partir dos conhecimentos e as habilidades das profissionais, não abarcando toda a complexidade do fluxo de informação. No período anterior ao desenvolvimento do projeto, o órgão não possuía organização sistemática dos registros de atendimento. Assim sendo, a equipe da pesquisa diagnosticou alguns problemas nas fichas individuais das mulheres: duplicidade no nome da usuária, ausência de informações necessárias para a identificação socioeconômica e para o mapeamento da situação de violência, falta de padronização na tipificação da violência e na caracterização racial, dentre outros. Frente a estas constatações, elaborou-se, em parceria com a gestão do centro, um plano de organização das fichas, com vistas a traçar procedimentos de categorização e uniformização dos registros e a recuperação eficiente e rápida da informação.

Esta dinâmica gerou debates, fundamentados no sentido e na relevância da informação como estratégia para estabelecer diagnósticos e orientar a tomada de decisões no campo das políticas públicas destinadas ao enfrentamento da violência doméstica, envolvendo as profissionais do CERMFL e da SEMDH. Foram travadas discussões a respeito das estratégias de organização, armazenamento e recuperação das informações produzidas no equipamento. Tais iniciativas impactaram o fluxo informacional do serviço como poderá ser visualizado mais adiante.

Em seguida, os dados das fichas de atendimento foram transferidos para o software Excell e elaborados gráficos. Para fins desta pesquisa será apresentada a descrição da faixa etária, escolaridade, caracterização étnico-racial, renda, situação conjugal, relação com o/a

autor/a da violência, local de ocorrência da mesma e canais pelos quais as mulheres tomaram conhecimento da existência do órgão.

No que concerne à faixa etária, em 2014, metade das mulheres em situação de violência, 52%, que se encaminharam ao CERMFL, possuíam entre 18-38 anos de idade, enquanto as mulheres entre 39 a 45 anos correspondiam a 14%. Há significativa procura pelo serviço, do segmento acima de 46 até 52 anos, 21%, e queda relevante de mulheres do grupo etário seguinte de 53 a 59 anos, totalizando apenas 1%. Somadas as faixas “60 a 64” e “65 anos ou mais” encontra-se, 9% das mulheres atendidas.

O Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil explicita que as mulheres mais jovens estão mais suscetíveis de sofrer violência. No período de 2001 a 2011, o índice de mulheres jovens assassinadas foi superior ao do restante da população feminina. Em 2011, a taxa de homicídios entre mulheres com idades entre 15 e 24 anos foi de 7,1 mortes para cada 100 mil, enquanto a média para as não jovens foi de 4,1 (WAISELFISZ, 2013).

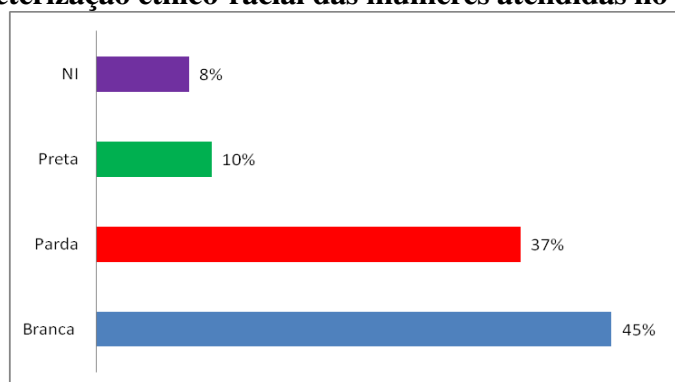
É necessário que a gestão do CERMFL empreenda análises para compreender a situação exposta, como por exemplo, refletir sobre os impactos das concepções de gênero em mulheres de diferentes faixas etárias, os quais ocasionam aproximação ou distanciamento dos órgãos de atendimento. Não é possível inferir as causas pelas quais há uma diminuição acentuada de acesso ao serviço de usuárias acima de 53 anos, nem afirmar que elas sofram menos violência, mas há que se pensar se as campanhas, as oficinas e as palestras, relativas à existência do serviço, estão atingindo este segmento de mulheres.

O medo, a vergonha e o desconhecimento da existência de equipamentos de atendimento às mulheres em situação de violência constituem barreiras que dificultam a busca de apoio. Desta forma, traçar ações informacionais com a finalidade de divulgar os serviços oferecidos é fundamental para ampliar o acesso das mulheres à informação e ao CERMFL.

No que tange a situação socioeconômica, ilustrada por meio da escolaridade, da renda e da situação no mercado de trabalho, verificou-se que a exclusão permeia a vida de grande parcela das mulheres vítimas de violência que acessaram o CERMFL. Quanto ao grau de escolaridade, nota-se a significativa proporção de mulheres que não eram alfabetizadas, 28%. O cenário do ensino fundamental, médio e superior, aponta para 9%, 33% e 22%, respectivamente. Nenhuma mulher declarou presença na pós-graduação e 8% não informaram ou não tiveram a informação registrada na ficha de atendimento. No tocante à renda, os indicadores revelam que quase metade das mulheres, 47%, recebem até 1 SM e 14% mais de 1 a 2 SM. Somente 6% se incluíam na faixa de rendimento superior a 2 SM. Já no segmento referente à situação no mercado de trabalho, 36% das usuárias declararam estar desempregada.

Apesar da crescente participação feminina em diversos setores da sociedade, ainda há grandes desafios para a participação mais justa e igualitária de todas as mulheres no mercado de trabalho e no acesso à educação. O Centro Demográfico (2010) permite visualizar que, apesar do elevado patamar da taxa de escolarização feminina, esse avanço ainda não se reflete em oportunidades de emprego e rendimentos comparados aos homens. “Os dados do Censo Demográfico 2010 indicaram que 30,4% das mulheres de 16 anos ou mais de idade não tinham qualquer tipo de rendimento, percentual acima do observado para o total da população nessa faixa etária (25,1%) e para os homens (19,4)” (IGBE 2010, p. 119). Além desses aspectos, salienta-se que as mulheres são as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e pelos cuidados com os/as filhos/as, idosos/as, doentes e pessoas com deficiência. Uma observação importante é que as desigualdades são acentuadas na intersecção de gênero e raça, as mulheres negras em relação às brancas possuem menor acesso à educação, com índices reduzidos de participação na educação superior e na pós-graduação, além de patamares inferiores quando se analisam a ocupação da força de trabalho e a remuneração. Os reflexos do racismo na sociedade brasileira foram perceptíveis na auto identificação das mulheres que acessaram o CERMFL. A maioria das mulheres se identificou como Branca 45%, seguida de Parda 37% e Preta 10%. O restante, 8%, não informou seu pertencimento.² Houve, segundo integrantes da equipe, dificuldades para as mulheres se autodeclararem e elevada subnotificação de pretas. Vejamos o gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Caracterização étnico-racial das mulheres atendidas no CERMFL em 2014



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

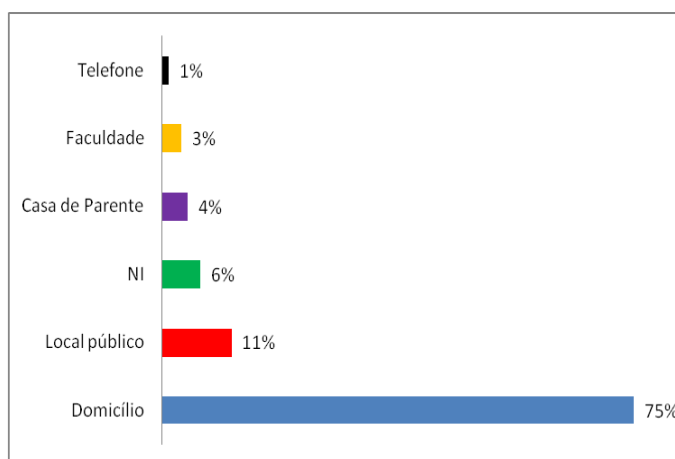
O cenário exposto não implica afirmar que a violência atinge prioritariamente as mulheres pobres e negras, a violência doméstica é um problema multifacetado e perversamente disseminado. Não obstante, a articulação dos marcadores sociais de gênero, raça e classe potencializa as desigualdades, reduzindo as possibilidades das mulheres romperem com a

² O item NI significa Não Informado.

situação de violência e de exclusão social sem o apoio de serviços públicos.

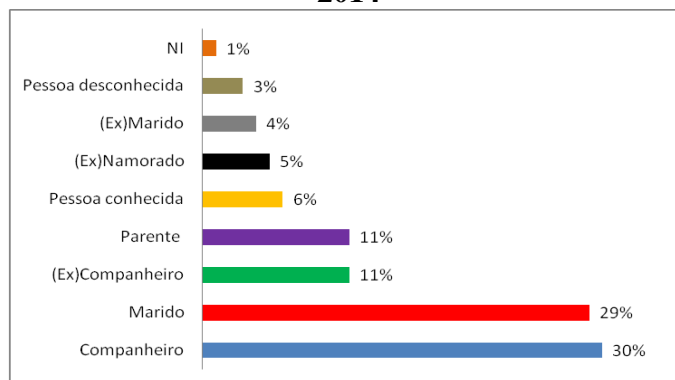
No tocante a situação conjugal das mulheres atendidas no CERMFL, verificou-se, no período estudado, que a maioria das mulheres, 62%, estava casada ou em união estável, 25% solteiras, 9% separadas, divorciadas e desquitadas, 3% viúvas e 1% não informou. Percebeu-se a imbricação das diversas formas de violência sofrida pelas mulheres - física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, tipificadas pela Lei Maria da Penha. Conforme o gráficos 2 e 3 a maioria das mulheres relatou ter sofrido violência no próprio domicílio e, os agressores, em sua maioria, 79%, foram homens com quem as mulheres estabelecem ou estabeleceram vínculo afetivo: atuais ou ex-“companheiros”, cônjuges e namorados das mulheres.

Gráfico 2 – Locais de ocorrência da violência sofrida pelas mulheres atendidas no CERMFL em 2014



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Gráfico 3 – Relação das mulheres atendidas no CERMFL com o autor da violência em 2014



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

As mulheres correm risco de vida e estão expostas a atos de violência na própria casa, que deveria ser espaço de acolhimento e proteção. As pesquisas denunciam que na maioria dos casos, a violência é cometida por homens com quem as mulheres estabelecem ou estabeleceram relação de intimidade. Tal prática não é aleatória e nem acidental, ancora-se em profundas relações de poder entre homens e mulheres, construídas ao longo da história. Nesta perspectiva, a visibilidade do tema, a implantação de políticas públicas específicas são imprescindíveis para o seu enfrentamento, como também fundamental a disseminação de informação norteada pelo respeito, autonomia e inclusão social das mulheres.

Gráfico 4 – Canal de informação pelo qual as mulheres tomaram conhecimento do CERMFL em 2014



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

O impacto social e a eficácia das ações de prevenção e redução da violência doméstica dependem da integração de serviços da rede de atendimento, com vistas a consubstanciar o acesso e a intervenção humanizada. A rede de atendimento “faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores, que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento” (BRASIL, 2011, p. 14).

Ao analisar as informações do gráfico acima verifica-se que para as mulheres conhecerem e acessarem o CERMFL, foram fundamentais: a localização do prédio, a rede informal – amigos/as, familiares e usuárias e as campanhas na televisão. O serviço encontra-se na entrada da cidade, no trajeto prioritário do centro para os bairros, com trânsito constante das principais linhas de ônibus. Além disso, está próximo de uma escola e dois hospitais, sendo uma maternidade. É muito interessante notar como a localização do órgão, estratégia planejada pela equipe, apresentou ressonâncias na acessibilidade das mulheres. Sugere-se também que o fato de mulheres, que já foram usuárias, indicarem o centro de referência, consiste na avaliação positiva do mesmo.

No tocante a rede de atendimento, os registros explicitam ser prioritária a atuação da Rede Estadual de Atenção às Mulheres, Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica e Sexual (Reancav) no sentido de disseminar informação sobre sua existência. Os diferentes órgãos, Delegacia de Atendimento à Mulher, Promotoria, Serviços de Saúde e de Assistência Social, dentre outros, devem intensificar a propagação de informações a respeito da referência e contra referência.

Os dados quantitativos produzidos revelam a complexidade da violência doméstica e a necessidade de ações intersetoriais para a sua superação. A responsabilidade pela alteração desse contexto de desigualdades não pode ser assumida unicamente pelos organismos de políticas para as mulheres, mas sim compartilhada por gestoras/es governamentais municipais, estaduais e de âmbito federal, das áreas da educação, assistência social, cultura, desenvolvimento humano, saúde, segurança pública, justiça, planejamento e gestão, dentre outros. O envolvimento das universidades é fundamental, por meio da divulgação e aprofundamento de conhecimentos sobre como a intersecção dos marcadores sociais opera para a produção de vulnerabilidades e a violência contra as mulheres.

No que diz respeito ao profissional da informação foi fundamental a atuação em unidades informacionais não tradicionais, a exemplo do CREMFL, por meio da mediação da informação e do apoio técnico à equipe profissional para qualificar a produção da informação. Foram realizadas reuniões entre a equipe da pesquisa e do CERMFL para a socialização dos dados quantitativos. Outro ponto de destaque foi a implantação do Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Sexual, ferramenta que facilitará o armazenamento e a recuperação eficiente de informação por meio da compilação de dados e produção de dados quantitativos. O Sistema objetiva facilitar o encaminhamento das usuárias entre as instituições que integram a Reancav com a automação dos dados de atendimento.

Considerando a informação como fonte de saber e poder, a produção, organização, acesso, disseminação e interpretação dos dados quantitativos gerados configuram-se como elementos fundamentais para potencializar as resistências frente as mais distintas desigualdades. Corroborando com Marteleto (2009), postulamos que o conhecimento está articulado à ação, considerando que as práticas com vistas à intervenção e a transformação social constroem modos de compartilhar as informações e de ampliar as cosmovisões dos indivíduos, ocasionando novas formas de compreensão, produção e uso dos conhecimentos.

Neste sentido, almeja-se que os dados quantitativos produzidas gerem novos conhecimentos, estimulem pesquisas e forneçam subsídios para estabelecer o monitoramento e diagnósticos mais efetivos sobre a situação das mulheres em situação de violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados alcançados no âmbito da pesquisa Violência contra Mulheres e Informação só foi possível de ser compreendido, neste estudo, por meio da articulação entre a mediação da informação e a violência doméstica contra as mulheres, que ocasionou a criação de um banco de dados e a disseminação de dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fatima Lopes, que se constitua em alicerce para ações e a construção de políticas públicas que objetivem o empoderamento e a ressignificação, por parte daquelas que sofreram e sofrem violência doméstica.

Entendemos que por meio dos dados quantitativos produzidos, a violência doméstica é um fenômeno complexo e multifacetado e que, o seu combate, há a necessidade de ações intersetoriais, que só terão maior eficácia se forem realizadas tendo como base informações confiáveis produzidas e compartilhadas pelos diversos atores sociais envolvidos. Desta forma, os dados quantitativos gerados configuram-se como elementos fundamentais para potencializar as resistências de mulheres, via ressignificação e transformação das relações de poder instituídas, frente não apenas as diversas formas de violência, mas também, aos mais distintos tipos de desigualdades.

REFERÊNCIAS

ABATH, R. J.; IRELAND, T., A tecnologia da informação e comunicação e o empoderamento da mulher. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O Campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidade**. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2002. p. 201-214.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-03, jan./dez. 2009.

BANDEIRA, L; ALMEIDA, T. M. C. A violência contra as mulheres: um problema coletivo e atual. In: ENCONTRO BRASILEIRO DOS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS, 2012, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: CGPT/SDH/PR, 2012. Disponível em: <<https://encontroprogramadeprotecao.files.wordpress.com/2012/02/a-violencia-contra-as-mulheres.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

BARRETO, A. A. A transferência de informação para o conhecimento. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da ciência da informação: gêneses, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002. p. 101-116.

BÉGUIN-VERBRUGGE, A. Informação, comunicação e antropologia dos saberes. **RECIIS: R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 35-41, set. 2009. Disponível em: <<http://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/754/1396>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 7 de agosto de 2006. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanco 2014**. Brasília: SPM, 2014. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180_2014-versaoweb.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: SPM, 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRUSCHINI, C. O uso das abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: BRUSCHINI, C.; COSTA, A. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 289-309.

BUFREN, L. S.; NASCIMENTO, B. S. do. A questão de gênero na literatura em ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, p. 199-214, dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/33285>>. Acesso em: 20 set. 2012.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2003. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2013.

CARVALHO, L. A. **As mulheres na sociedade da informação**: acesso, uso e apropriação de leitura. 2014. 239 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CRIPPA, G. O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 4, n 1, 2011. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewfile/46/83>>. Acesso em: 27 out. 2014.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção. **Revista de Medicina**, São Paulo, v. 92, n. 2, p. 134-140, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/79953/83887>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

DENDA, K.; VIDAL, L. Academic libraries advancing transnational feminism. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS – IFLA, 79., 2013, Singapore. **Proceedings...** Singapore: IFLA, 2013.

FARGANIS, S. O. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, A. M; BORDO, S. R. (Orgs.). **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

HARRIS, Roman et al. Searching for and information: abused women speak out. **Library & Information Science Research**, Canada, p. 123-141, 2001.

IGBE. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de janeiro: Vozes, 2004.

MARTELETO, R. M. Jovens, violência e saúde: construção de informações nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. **RECIIS: R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 17-24, set. 2009. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/751>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

NASCIMENTO, M. J. Informação e cidadania: necessidade e formas de busca por parte da mulher catarinense. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 123-150, jul./dez. 2003.

NASCIMENTO, D. M; MARTELETO, R. M. A informação construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <www.dgz.org.br/out04/Art_05.htm>. Acesso em: 10 jul. 2012.

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 5 n. 1, p.68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/240/208>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

OLIVEIRA, Z. L. C. Política de informação na área de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO – CIFORM, 5., 2004. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: <http://www.cinform-antiores.ufba.br/v_anais/artigos/zuleicacavalcante.html>. Acesso em: 30 mar. 2015.

PASINATO, W. **Violência contra a mulher no Brasil**: acesso à informação e políticas públicas. São Paulo: Article 19, 2014. Disponível em: <<http://artigo19.org/wp-content/uploads/2015/03/Relat%C3%B3rio-Viol%C3%Aancia-contra-a-Mulher.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

PRÁ, J. R. Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha. In: RIAL, C.; PEDRO, J. M; FAVERO, S. M. (Orgs.). **Diversidades**. Santa Catarina: Mulheres, 2010. p. 81-102.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SANTOS, P.L.V. A. C; VIDOTTI, S.A.B.G. Perspectivismo e tecnologias de informação e comunicação: acréscimos à Ciência da Informação? **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v.10, n.3, jun. 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, 1990.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2013**: homicídios e juventude no Brasil. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

WOLF, T. M. *et al.* O empoderamento de mulheres através da inclusão digital. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 103-118, jan./jun., 2010.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos às equipes do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes e da Secretaria Estadual da Mulher da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba, pela parceria na realização da pesquisa.